

ESTADO DE SÃO PAULO

Os dilemas do crescimento



A elite brasileira poderá rifar a prioridade do combate à inflação

Parece ser predominante no Brasil a idéia de que um crescimento da economia de 4% ao ano é, no mínimo, insuficiente. Embora o governo tenha anunciado essa meta para 1996, nenhum político aliado comemorou. É um crescimento que não desperta entusiasmo. Quem defende, o faz meio sem jeito. Busca uma série de justificativas, como aquela que diz que crescer 4% atualmente é como crescer 6% no passado porque a taxa de incremento da população passou de 2,8% para 1,5% ao ano. Com menos gente nascendo, a renda per capita aumentará mais rapidamente.

Nenhum desses argumentos em defesa dos "modestos" 4% parece empolgar os brasileiros. (Ao que tudo indica, não entusiasma nem mesmo o presidente Fernando Henrique Cardoso, para quem o ex-presidente Juscelino Kubitschek, aquele que quis realizar 50 anos em cinco, é um paradigma). Em parte, essa falta de entusiasmo pode ser explicada pelo desempenho histórico da economia brasileira, que apresentou taxas de crescimento de 6% ao ano até o final da década de 70. Um país com esse passado não consegue se contentar com um futuro menos brilhante. (Os assessores do Ministério da Fazenda argumentam que a taxa de 4% precisa ser comparada com o comportamento da economia na década de 80 — considerada "a década perdida" porque não houve crescimento da renda per capita).

A outra razão para a falta de entusiasmo está relacionada com os bolsões de miséria que, em algumas regiões, iguala o Brasil à Índia. O economista José Márcio Camargo estima que se o País crescer 3% ao ano conseguirá, depois de 20 anos, reduzir o número de pobres dos atuais 40% da população para 20%. Em outras palavras, crescer 4% pode não agravar os problemas, mas certamente não é suficiente para reduzir com rapidez as

graves desigualdades sociais que o País acumulou ao longo de décadas.

O deputado Delfim Netto (PPR-SP), ex-ministro da Fazenda, vem martelando uma tecla que parece fazer sentido na equação do crescimento. O ex-ministro mostrou que, por questões estruturais, relacionadas com a introdução de novas tecnologias na produção, um crescimento de 4% não gera um aumento no número de empregos na mesma proporção. Cada vez está sendo possível produzir mais com uma quantidade menor de mão de obra. Por essa razão, taxas de crescimento de 3 ou 4% ao ano poderiam, até mesmo, implicar em aumento do desemprego na economia.

Depois de um ano e meio, a principal limitação do Plano Real ficou clara: se a economia crescer muito, abrirá um buraco nas contas externas do País, que não terá como financiar um déficit elevado em conta corrente por muito tempo. Neste caso, a perspectiva seria repetir o desastre do México, com crise cambial e todas as consequências funestas

daí decorrentes. No início do ano passado, quando o Brasil chegou a crescer 10%, temeu-se o desastre. Para evitá-lo, o governo colocou o pé no freio. Essa decisão jogou um balde de água fria na esperança de que o País tivesse vivendo um novo milagre econômico.

A decepção do ano passado serviu pelo menos para duas coisas. Em primeiro lugar, tornou o discurso oficial mais realista. O presidente Fernando Henrique Cardoso passou a citar o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, para quem o melhor capital é aquele que se consegue em casa. Antes de sua posse, Fernando Henrique dizia o contrário, que o Brasil precisava aproveitar o excedente de capitais no mercado internacional para crescer. O desastre mexicano mostrou que os capitais que estão por aí são meramente especulativos e, como animais ariscos, saem em bandada ao menor ruído. Em segundo lugar, mostrou que para crescer o país precisa exportar mais porque somente assim poderá importar mais. A questão central passou a ser, portanto, como estimular as exportações.

Neste campo, o Plano Real apresentou um desempenho medíocre. As exportações cresceram 6,8% em 1995. Para 1996, a expectativa de técnicos do governo é de que as vendas brasileiras apresentem um resultado ainda mais modesto e cresçam de 4 a 5%, contra uma média mundial de 8% segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ex-secretário de Fazenda de Minas Gerais, deputado Roberto Brant (PSDB-MG) está convencido de que somente "um agressivo programa de estímulo às exportações" poderá retirar o Brasil da armadilha em que se meteu e colocar o País

na trilha do crescimento. A questão hoje é saber como esse "programa agressivo" às exportações será feito. O recurso às desvalorizações cambiais será de novo utilizado para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior?

O crescimento tem outro dilema que merece ser considerado. Até o momento, a elite brasileira aceitou o combate à inflação como prioridade número um da política econômica.

Essa elite levou quase uma década para chegar ao entendimento de que não era mais possível continuar sacrificando os pobres com o imposto inflacionário. E, às vésperas de uma eleição presidencial, com Luiz Inácio Lula da Silva batendo à porta, resolveu dar um basta ao descalabro inflacionário. Mas o País descobriu agora que a estabilização não gera, por si só, o crescimento econômico em níveis elevados.

O governo dá sinais de que está preocupado com a questão e que deseja estimular as exportações. A mudança na banda cambial, que projeta uma desvalorização de 7%, é um sinal disso. No Congresso, os parlamentares começam a fazer críticas mais contundentes à abertura comercial e vozes cada vez menos isoladas pedem estímulos ao crescimento.

Há uma certa ansiedade com relação às baixas taxas de crescimento projetadas para este ano. Impaciente por esperar resultados mais brilhantes nessa área, a elite brasileira poderá rifar a prioridade do combate à inflação em troca do crescimento a qualquer custo. Às pessoas precisam entender, no entanto, que o verdadeiro desafio do País é crescer sem inflação.